

A Teoria Marxista da Dependência e a corrente de pensamento cepalina na América Latina

A crítica da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) quanto a divisão internacional do trabalho (DIT) é bastante clara e contundente, uma vez que a mesma não só faz uma análise da atual conjuntura latino-americana, como a relaciona com o contexto histórico de exploração e dominação pelas potências europeias na região. Para iniciar a análise, portanto, deve-se entender o conceito utilizado por Raúl Prebisch ao se referir a posição latina nesta divisão, que se dá por “centro e periferia”, condição essa imposta desde o período colonial, que se desenvolve em uma estrutura neoliberal de dominação, agudizada pela deterioração dos termos de troca. Isto é, a relação império e colônia, se traduz, hoje, em países com uma grande diversidade da matriz exportadora, com sua receita majoritariamente baseada em produtos manufaturados, e países que ainda dependem de commodities como principal fonte de receita.

No caso da deterioração dos termos de troca, também abordada por Prebisch, a inelasticidade de produtos primários aumenta a dependência dos países periféricos a esta condição, o que, quando somado a uma classe dominante que detém os meios de produção e extração, porém não são vocacionadas ao desenvolvimento interno – Mariátegui – ocorre a chamada “desindustrialização” que ratifica e prolonga esta assimetria comercial entre os países. Tal assimetria também é explorada por Celso Furtado, na teoria dos ciclos econômicos, que são muito evidentes no Brasil desde a colônia, mas que apesar de se desenvolverem em tipo, continuam a permear as exportações nacionais. Então, esta posição da América Latina na DIT, pode ser enfrentada no modelo cepalino, por meio da integração regional, de uma forma a fazer frente à essas assimetrias que são maiores quando negociadas com os países individualmente, mas dariam um poder de negociação mais robusto quando feitas em bloco.

Logo, as iniciativas de integração latino-americanas com base na visão cepalina de unidade, tem por sua vez uma concorrência com blocos de integração neoliberais na própria América Latina. Na segunda metade do sec. XX muitas destas iniciativas foram institucionalizadas, como a ALCA, Aliança do Pacífico e NAFTA na seara neoliberal de livre mercado, assim como ALBA, ALADI e ALALC na seara cepalina por exemplo. Mesmo com as iniciativas de integração desenvolvimentistas, muitos países acabaram se voltando para uma perspectiva neoliberal que quebra a força da unidade proposta pela CEPAL, como é o exemplo do México, Chile e outros países na América Central.

Iniciativas como o Mercosul, no entanto, tem uma proposta alinhada aos valores da comissão, no entanto sofre uma metamorfose, promovendo um foco muito maior no comércio do que no desenvolvimento, com uma rápida abertura comercial e políticas austeras. Esta mudança é vista na suspensão da Venezuela do bloco e nas constantes aproximações com a UE, que entrevê um tratado que dilata esta condição assimétrica entre o centro e a periferia.

Atualmente, no entanto, o cenário latino-americano encontra-se em uma crise identitária, onde as instituições outrora criadas com tanto ímpeto, são escanteadas e sua importância cai nas graças do desconhecimento. Por outro lado, iniciativas neoliberais ganham cada vez mais espaço, com a ascensão de governos como Milei na Argentina e Noboa do Equador. Ao contrário, vê-se uma onda de governos social-democratas, que

conciliam os interesses de classes dominantes com as pautas sociais, causando, no entanto, uma inércia desenvolvimentista, que não permite uma coalizão efetiva para adentramento na disputa pela DIT, nem o desenvolvimento interno de seus próprios países, alinhados pela ótica ricardiana de vantagens comparativas, que ratificam a dependência da periferia ao centro.

Por fim, a crítica cepalina é estruturalizante, compreendendo um processo histórico e estrutural na divisão internacional do trabalho, que impede a ascensão e o desenvolvimento da periferia. A CEPAL, por sua vez, propõe políticas intervencionistas, iniciativas de regionalização, e políticas de substituição de importações, que possam fortalecer a posição inferiorizada da América Latina no mercado. Estas iniciativas, no entanto, apesar de serem postas em prática, sofrem com a investida neoliberal na região, que impede uma integração contínua e um desenvolvimento sustentável.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), quanto a assimetria entre centro e periferia, se alinha com a corrente cepalina, no sentido de reconhecer as raízes históricas da subordinação, o autor Jaime Osório argumenta que a independência nos países latino-americanos não foi suficiente para culminar em benefícios para os povos da região. Tal inferência pode-se relacionar com a ideia de que essas independências foram, em sua grande maioria, lideradas por elites locais, não havendo ruptura na estrutura política e econômica, concentrando ainda mais os meios de produção e escanteando a população em geral. Ao desenvolver este conceito, chega-se em Ruy Mauro Marini, que versa sobre a superexploração do trabalho, que ocorre com o desenvolvimento do capital, uma vez que quando a produção chega ao limite, o trabalho é explorado além da conta.

Desenvolvendo a ideia de Marini, Osório parte de um conceito de sub-soberania, em que uma vez que a América Latina se encontra em sua posição subalternizada frente a DIT, e não possui os recursos para uma expansão internacional da exploração, definido por Lênin como imperialismo, a superexploração é a via viável até o aumento produtivo ou valorização do capital. Portanto, pode-se classificar na TMD, a dependência como a subordinação estrutural e funcional do capital, indo além da perspectiva mercadológica proposta pelos autores da CEPAL.

Porém, pode-se encontrar uma convergência entre a TMD e a corrente cepalina, inclusive, na questão interna vocacional da burguesia nacional, que perpetua o cenário de subdesenvolvimento interno e, conseqüentemente, deterioração dos termos de troca e dependência comercial. Nesse sentido, a TMD vai além ao argumentar que, a falta de uma classe operária dentro de um meio já industrializado, impede uma ruptura política e social, ou seja, a industrialização na América Latina, seria o primeiro passo para uma revolução, ao dar ampliação dos movimentos operários. Mesmo assim, Marini diz que a industrialização não é fator de ruptura com a superexploração, e que pode intensificá-la, isto por conta da detenção dos meios de produção, mesmo que desenvolvidos, ainda se encontram nas mãos das elites.

Na conjuntura atual, encontra-se ainda um novo fator, o mercado financeiro, que aumenta o alcance das elites nos países do centro, para financiar a burguesia superexploradora nos países periféricos, incluindo instituições públicas, as integrando nesse sistema. Ademais, instituições credoras como o FMI e o Banco Mundial, adiantam um processo de imposição de políticas austeras e liberalizantes, que facilitam o adentramento de mecanismos financeiros na América Latina, vide os pontos propostos no consenso de

washington, e a crise da dívida nos países da região na mesma época. Aqui vemos um alinhamento político-financeiro, que complexifica as relações de trabalho, agudizam a movimentação de capital estrangeiro entre os países, e distanciam os trabalhadores desse novo sistema.

Finalmente, enxerga-se um foco da TMD nas relações internas de um país, como condicionantes de sua dependência, e uma presença do capitalismo como fator perpetuador dessa assimetria. As relações de trabalho são deterioradas por meio de um processo de valorização do capital e aumento da mais valia, o que se agrava com a imputação de políticas liberalizantes e desreguladoras, financiadas por instituições internacionais e investidores do mercado financeiro. Além disso, a condição subdesenvolvida também possui sua gênese em um atraso histórico de industrialização tardia, o que limita a organização de uma classe operária que possa fazer frente às ideias neoliberais tão candentes na América Latina hoje.